

**ATA**

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador António Monteiro de Castro – a)** – Leu, em voz alta, um documento solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Antes de entrar propriamente no Tema que pretendo abordar e para o qual pedi para falar, permitam-me, nesta minha primeira intervenção neste órgão executivo municipal, duas brevíssimas palavras. Em primeiro lugar para cumprimentar e saudar todos os presentes e formular votos para que todos saibamos encontrar os melhores caminhos e as melhores soluções capazes de colocar a nossa terra, Guimarães, no patamar das melhores, de modo a podermos orgulhosamente vê-la considerada digna dos seus pergaminhos conseguidos pelos nossos antepassados. Depois, para afirmar que me sinto muito honrado por integrar este importantíssimo órgão municipal e agradecer aos vimaranenses a confiança em nós

depositada. Entrando agora no tema propriamente dito, que tem a ver com designação dos representantes do município de Guimarães na Associação Quadrilátero Urbano, votada na última reunião da Câmara, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se a proposta então votada significará que Guimarães irá continuar a integrar a Associação Quadrilátero, reconhecendo assim a sua importância na construção do futuro da nossa terra, **pelos meios e recursos que será capaz de assegurar**, ou se antes significará a nomeação dos coveiros de um projeto supramunicipal que muitos de nós entusiasmos pelas potencialidades que encerra? É que acreditando embora que possa ter havido pouca energia e pouca dinâmica pelos responsáveis nos seus órgãos executivos, tal como o Sr. Presidente teve já ocasião de várias vezes o afirmar e de, como ainda há dias referia mesmo o presidente do município de Barcelos, Miguel Costa Gomes, e cito "*em quatro anos os edis de Braga, Barcelos, Guimarães e Famalicão não se juntaram uma única vez*"; E reconhecendo também que alguns dos projetos previstos no seu início possam porventura estar agora já desatualizados, como, por exemplo, a **rede de fibra óptica**; E que tenha até já terminado o quadro comunitário 2013/2017 seu principal suporte; Sabendo de facto tudo isto, não deixamos por outro lado de saber também que vivemos tempos difíceis, nos quais a competitividade entre cidades e regiões é cada vez mais acutilante; Tempos em que os meios financeiros são também mais escassos; E que o nosso modelo administrativo sem regiões, está desadequado às fontes de financiamento dos Fundos Europeus; E que só uma união assim, entre cidades com média dimensão, a conseguir uma população da ordem dos 600,000 habitantes, com a participação ativa da Universidade do Minho, de uma Associação Comercial e industrial



e do CITEVE, poderá permitir ultrapassar constrangimentos impeditivos do acesso a recursos financeiros indispensáveis à concretização de grandes projetos nas áreas da mobilidade, da cultura, da investigação, da internacionalização, etc. Entendo pois que não poderemos aceitar, sob pena de sermos julgados no futuro por responsáveis na perda do comboio do progresso, que uma decisão para a nossa terra, com a importância daquela que estamos a falar, possa ser posta de lado por mesquinhas razões pessoais e de lana-caprina, sem que antes seja apresentada aos vimaranenses uma **séria análise técnica** nas suas diferentes vertentes. Ficamos assim confiantes no bom senso e sobretudo no sentido de responsabilidade e de bem comum que acompanhará, estamos certos, a decisão deste órgão municipal.” -----

**2 – Vereador André Coelho Lima** – Disse querer referir a candidatura de Couros a Património Cultural da Humanidade, que hoje vem a conhecimento do Executivo, como um compromisso do Presidente da Câmara que merece o consenso das diversas forças partidárias. Disse considerar que a candidatura da Citânia de Briteiros a Património Cultural da Humanidade tem o mesmo objetivo e é transversal a razões políticas, pelo que deveria, também, ter o mesmo tratamento. Disse, ainda, considerar muito importante que este processo seja participado, também politicamente, para que não seja apenas uma candidatura técnica, mas pressuponha a participação institucional dos partidos políticos com assento nos órgãos municipais, da sociedade civil e da Universidade do Minho. Por último, defendeu que a Rua de Camões e a Rua D. João I fossem incluídas no propósito de candidatura de Couros a Património Cultural da Humanidade, por constituírem parte integrante da zona tampão. -----

**3 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Leu, em voz alta, um

documento sobre a atribuição do prémio de melhor Cidade Europeia do Desporto a Guimarães, cujo teor a seguir se transcreve: "A cidade de Guimarães foi selecionada pela Comissão de Avaliação da ACES Europe (European Capitals and Cities of Sport Federation) como a "Melhor Cidade Europeia do Desporto 2013", na primeira vez que este prémio é atribuído e perante 9 cidades candidatas. A distinção teve por objetivo reconhecer o trabalho desenvolvido pelas cidades em prol do desporto para todos, elevando os padrões de exigência e qualidade na programação e atividades organizadas pelas CED 2013. Além de Guimarães, concorreram as restantes oito cidades titulares deste estatuto em 2013: Cremona, Modena, Alba, Reggio Calábria, Lorca, Castelldefels, Estepona e Lisburn. O júri independente foi composto pela Sports Foundation of Valencia e pelo European Observatory of Best Sport Practices, convocado para avaliar o trabalho das Cidades Europeias do Desporto 2013. O prémio "Bandeira de Ouro ECS2013" será entregue no próximo dia 6 de novembro, pelas 16 horas, no Parlamento Europeu, em Bruxelas. Com esta distinção, Guimarães consolida a sua dimensão internacional e o seu estatuto de cidade de excelência no âmbito do desporto. A dois meses do final deste ambicioso projeto, não deixa de ser importante recordar que já foram realizados 105 eventos desportivos, em 36 modalidades diferentes, envolvendo 70.000 atletas, 400 voluntários, mais de uma centena de instituições e clubes e 250 dias de atividade. Foi, está a ser, um ano absolutamente excepcional, que nos permitiu, por exemplo, organizar pela primeira vez o Torneio de Ténis ATP, a Meia Maratona de Guimarães ou o Rali Cidade de Guimarães, eventos que nos deram grande notoriedade, acolher grandes competições desportivas, promover a prática do desporto para todos, de que



são exemplos marcantes as Miniolimpíadas, a Liga Mini, os Jogos da Comunidade ou o Sarau de Dança e Fitness, mas também apostar fortemente na qualificação e valorização dos agentes desportivos locais, na investigação e conhecimento com as parcerias assumidas com 7 universidades para estudar o fenómeno desportivo municipal ou a ligação entre o Desporto e a Cultura, que tem a sua imagem de marca plasmada na publicação do livro sobre a História do Desporto em Guimarães e uma exposição sobre o mesmo tema, neste momento a decorrer na Casa da Memória. Este foi um verdadeiro projeto colectivo, que demonstrou a nossa capacidade de organizar e acolher grandes realizações, envolvendo os clubes e associações locais, pelo que é Guimarães que está de parabéns. Como principal responsável por este projeto é com muita alegria e orgulho que comunico a esta Câmara a atribuição deste prémio e agradeço a todos quantos contribuíram para que ele fosse uma realidade.” -----

**4 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Quis saber o motivo pelo qual a Câmara Municipal de Guimarães implementou o horário de trabalho de 40 horas, tendo em conta o deferimento das providências cautelares interpostas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local para impedir a implementação deste horário na função pública, acrescentando que os representantes dos trabalhadores do Município não foram ouvidos nesta tomada de posição, como seria processualmente correto. **b)** Referiu, ainda, uma situação ocorrida no passado dia 27 de setembro com os trabalhadores do turno da noite adstritos ao serviço de recolha de resíduos que terão sido coagidos a praticar o novo horário de trabalho antes da sua entrada em vigor. **c)**- Fez a entrega de um requerimento solicitando cópia do mais recente contrato celebrado entre a Autarquia e a empresa

concessionária dos Transportes Urbanos de Guimarães. -----

**5 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Disse que nos últimos anos a Associação Quadrilátero Urbano apresentou um défice de eficiência, sendo que a maior parte do conjunto de candidaturas assumidas não teve execução. Disse considerar fundamental avaliar a pertinência da continuação na Associação Quadrilátero Urbano acrescentando que a manutenção só fazia sentido se a parte correspondente a Guimarães saísse fortalecida, valorizando o seu património classificado, a experiência adquirida com a realização da Capital Europeia da Cultura em 2012 e, agora, com a Cidade Europeia do Desporto 2013 e a mais valia que representam os dois polos da Universidade do Minho em Guimarães (Azurém e Couros). Continuou, referindo que admitia rever a posição de saída, desde que houvesse projetos estratégicos que signifiquem uma mais valia para o desenvolvimento do concelho. Por último, deu conhecimento de ter sido já contactado pelos Presidentes das Câmaras Municipais de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão com no sentido de apreciar, também, o dossier relativo ao Quadrilátero Urbano, pelo que oportunamente informará o executivo do resultado das referidas reuniões que ocorrerão brevemente; **b)** – Sobre a candidatura de Couros a Património Cultural da Humanidade disse ser o corolário do trabalho de requalificação que se encontra já executado naquela zona da cidade e que levou à instalação de um pólo da Universidade do Minho. Considerou ser agora importante, do ponto de vista administrativo, técnico e burocrático, transmitir à UNESCO que a zona tampão deixa de o ser, alargando a zona classificada, com um objetivo último de candidatar Guimarães a Cidade Património Cultural da Humanidade; **c)** – Disse que Guimarães e todos



quantos trabalharam para a Cidade Europeia do Desporto 2013 estão de parabéns, reforçando que estes prémios resultam de um trabalho coletivo; **d)** – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que a Câmara Municipal de Guimarães está a cumprir a legislação em matéria de horário de trabalho acrescentando que cada um deve lutar pelas suas convicções e pelo que considera ser melhor para a sociedade, sendo que num estado de direito a legislação tem de se fazer cumprir. -----

**6 – Vereador Amadeu Portilha** - Esclareceu, quanto à intervenção do Vereador Torcato Ribeiro sobre o horário de trabalho, que o turno da noite inicia às 23:00 horas, pelo que, com a implementação do novo horário, a entrada verificou-se às 22:30.

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, em 1998, entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Segurança Social e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi celebrado um Protocolo de Cooperação, que veio garantir as condições para a participação das Autarquias no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, de acordo com os princípios consagrados na Lei Quadro da Educação Pré Escolar. Neste sentido é anualmente celebrado entre o Município de Guimarães e a Direção de Serviços da Regional Norte, um Acordo de Cooperação, para atribuição de apoios financeiros destinadas a assegurar o desenvolvimento das atividades de animação e apoio à família, para as crianças matriculadas nos Jardins de Infância da rede pública. Para a renovação do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, a vigorar de 1 de setembro de 2013 a 31 de julho de 2014, procedeu-se ao preenchimento dos mapas com o número de

alunos matriculados nos Jardins de Infância da rede pública e que, no corrente ano letivo, estão a usufruir de almoço e prolongamento de horário. Assim, com base nos dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, informa-se que irão beneficiar deste tipo de apoio 58 Jardins de Infância, abrangendo um total de 1614 crianças para almoço e 1286 para prolongamento de horário, o que implica por parte da DSRN a atribuição de uma verba mensal previsível no valor de 97.680,96€. Mais se informa que o assunto deverá ser presente a Reunião de Câmara para conhecimento. O anexo ao Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**2.** Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de setembro, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**3.** Do ofício da CASFIG EM - Relatório de Gestão Económica e Financeira do 1.º Semestre do Ano de 2013 remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão Económica e Financeira do 1.º Semestre de 2013, aprovado pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião de 26 de setembro de 2013, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**4.** Da seguinte informação: "**CANDIDATURA DA ZONA DE COUROS A PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE** - A classificação do Centro Histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade, constitui um marco decisivo na História deste território e em particular da sua gente. A cidade e o seu



Centro viram reconhecido pelo Mundo a sua importância não como referência funcional e significativa de um concelho mas sim de um país agora elevada à categoria de bem universal. " ... a cidade de Guimarães não deixou em nenhum momento de respeitar a herança que o tempo lhe legou, e, ao mesmo tempo se ia modernizando, foi crescendo nela a consciência da importância da integração contínua do seu passado histórico na vida em movimento do presente. Autêntico museu ao ar livre, o Centro Histórico de Guimarães é a demonstração prática de que o amor dos vivos é a única forma de dar perenidade àquilo que, de outro modo, não seriam mais que pedras mortas. Em Guimarães, o tempo permite que o *respirem*. Em Guimarães, a história não é uma estampa colada sobre o presente para ser olhada de relance por turistas apressados. É a própria vida de uma cidade que não perdeu o sentido último das suas raízes: o de ser, mais que uma rotineira continuidade biológica, um espírito, o espírito do lugar.", escreveu José Saramago numa carta de recomendação do Centro Histórico de Guimarães. A produção das cidades assenta também no território que as referencia e de que são referência e é nesta relação de mútua valorização que este território se valoriza. Dentro da cidade existe ainda uma zona que é documento da vida de trabalho e produção de um dos mais importantes mestres de Guimarães: os Couros. A zona de Couros constitui pelas estruturas existentes originais um dos maiores conjuntos de Arqueologia Industrial da Europa. A extensão das estruturas de tanques ainda existentes é muito semelhante à extensão do conjunto classificado pela UNESCO em Fez, Marrocos. Estas estruturas são um longo capítulo de um importante fator de produção da cidade e da sua economia, em rede com as outras semelhantes das quais ainda se encontram vestígios por freguesias mais longínquas. A reabilitação

desta zona permitiu devolver à estima pública uma área marginalizada pelas más memórias e pela incapacidade de adequar antigos espaços a novos usos. Primeiro o complexo multifuncional de Couros, em seguida a vinda da Universidade para o centro desta área rompendo com o antigo estatuto em que os campus se isolavam faz com que se acerte o momento de conquistar o estatuto que esta área merece, ou seja, propor a sua classificação a Património Cultural da Humanidade. Sabemos que iniciaremos hoje um longo e complexo processo, acompanhados e suportados por todos que abraçarem este projeto, mas estamos certos da conquista que todos merecemos. Assim, determino: Que se dê início aos contactos e procedimentos de preparação da proposta de candidatura. Que o grupo de trabalho, a ser constituído para a elaboração da proposta de candidatura e para a implementação de todos os procedimentos tendentes a esse objectivo, seja coordenado, tecnicamente, pela senhora arquiteta Alexandra Gesta.” -----

**5.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de outubro de 2013 que, no exercício das diversas competências próprias e das que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal em reunião da mesma data, delegou e subdelegou competências nos Vereadores, ao abrigo do art.º 36.º e do n.º 1 do 34.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. O despacho de delegação de competências dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**6.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de outubro de 2013, que designou os seguintes Vereadores em regime de tempo inteiro: Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos e Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa. Os Vereadores Amadeu Artur Matos Portilha e Paula Cristina dos



Santos Oliveira foram designados Vereadores em regime de tempo inteiro por despacho do Presidente da Câmara de 12 de outubro de 2013. -----

**7.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de outubro de 2013, que designou o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha como Vice-Presidente da Câmara. -----

**8.** Da seguinte composição do Gabinete de Apoio à Presidência, bem como dos gabinetes de apoio dos vereadores em regime de tempo inteiro. -----

<b>Eleito</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>
<b>Presidente da Câmara</b>	<b>Chefe de Gabinete</b>	Miguel Ribeiro de Sousa
	<b>Adjunto</b>	César Manuel de Castro Machado
	<b>Adjunto</b>	Vítor Manuel Lobo Teixeira de Oliveira
	<b>Secretária</b>	Elvira Cristina da Silva Pereira
<b>Vereador Amadeu Portilha</b>	<b>Adjunto</b>	Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino
	<b>Secretária</b>	Teresa de Jesus Salgado Ribeiro Sarmiento Pires
<b>Vereadora Adelina Paula Pinto</b>	<b>Secretária</b>	Carla Patrícia Barbosa Ferreira
<b>Vereador José Bastos</b>	<b>Adjunto</b>	Paulo Jorge da Costa dos Santos Pinto
<b>Vereador Ricardo Costa</b>	<b>Adjunto</b>	Sérgio Manuel de Carvalho Gonçalves
	<b>Secretária</b>	Alexandra Filipa Matos Fonseca Handel
<b>Vereadora Paula Oliveira</b>	<b>Adjunto</b>	Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira
	<b>Secretário</b>	Raul Júlio Trigueiros de Lemos Rocha

**9.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de outubro de 2013, que designou Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, para lavrar as atas das reuniões de Câmara, sendo sua substituta, nas faltas e impedimentos, Marta

Sofia das Neves Ribeiro Cunha, técnica superior, nos termos do disposto do n.º 2 do art.º 57.º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CÂMARA - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO MUNICIPAL** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 17º, da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho (Estatuto dos Eleitos Locais), alterada e republicada pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de Outubro, proponho que a Câmara Municipal delibere: - Que o seguro de acidentes pessoais, em relação aos membros do Órgão Executivo em regime de permanência, seja de valor correspondente a cinquenta vezes a respectiva remuneração mensal. - Que o seguro de acidentes pessoais, relativamente aos demais membros, seja fixado em cinquenta por cento do valor fixado para os vereadores em regime de permanência.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CÂMARA - DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 34.º, nº 1, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal me delegue as seguintes competências, com a faculdade de as subdelegar, constantes do art.º 39º do mesmo diploma legal: a) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal; b) Proceder à marcação e justificação das faltas dos membros da



Câmara Municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CÂMARA - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE PESSOAL NÃO DOCENTE DOS 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO** – Presente a seguinte proposta: “O Decreto-Lei n.º

144/2008, de 28 de julho, procedeu ao desenvolvimento do quadro de transferência de competências para os Municípios em matéria de educação. O âmbito da transferência para os Municípios relativo às atribuições e competências encontra-se previsto no art.º 2.º do referido Decreto-Lei. A citada transferência encontra-se em consonância com o previsto no Contrato de Execução celebrado em 16 de setembro de 2008 entre o Município de Guimarães e o Ministério da Educação. Nestes termos e conforme o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho, no que concerne à gestão do pessoal não docente está consagrado (sem prejuízo do disposto no art.º 2.º) que a Câmara Municipal passa a exercer as competências relativas ao pessoal não docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico nas seguintes matérias: (n.º 1) recrutamento, afectação e colocação do pessoal, gestão de carreiras/ remunerações e poder disciplinar, sendo que este, integra a competência para aplicar pena superior a multa (n.º2). Relativamente à matéria de avaliação de desempenho do pessoal não docente cabem igualmente à Câmara Municipal as competências de homologação e de decisão de recursos (n.º3). Finalmente, no n.º 4 encontra-se previsto que as competências supra referidas podem ser objecto de delegação nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Atendendo, por um lado, à necessidade de articulação entre as partes envolvidas – agrupamentos de escolas, escolas, pessoal não docente e

município - e, por outro lado, à conveniência de agilização de procedimentos e supressão de formalidades nas matérias em que, tradicionalmente, as escolas e seus agrupamentos já exerciam competências delegadas no âmbito do regime anterior, propõe-se que, ao abrigo do disposto no referido art.º 5.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 144/2008: - A Câmara Municipal de Guimarães delibere no sentido da delegação das competências nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas relativas a: a) Afetação e colocação do pessoal, no que concerne à colocação interna de Pessoal não Docente dentro do agrupamento; b) Gestão das carreiras; c) Gestão de remunerações, no que respeita às decisões em matéria de atribuição de suplementos remuneratórios e de reconhecimento do direito a prestações sociais; d) Gestão da assiduidade e pontualidade. - Relativamente às demais competências constantes daquele art.º 5.º, cometidas à Câmara Municipal, serão observados os diplomas especiais que dispõem sobre as respetivas matérias." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – REGULARIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA RIBEIRA DE COUROS** – Presente a seguinte informação: "**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **Regularização e revitalização da Ribeira de Couros** submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €776.730,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.4.6.28 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo



Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro com as alterações introduzidas por legislação posterior) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €776.730,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa. **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Diretor do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Mais se propõe que a competência para prestar esclarecimentos no âmbito do presente procedimento, nos termos previstos no art.º 50º do CCP, seja delegado no júri do procedimento, ao abrigo do supra referido art.º 109º do mesmo código.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto,

José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta para o início do procedimento para a intervenção de regularização e revitalização da Ribeira de Couros, no reconhecimento deste ser um problema fundamental da cidade, provocando por demasiadas vezes incómodos, prejuízos e insegurança nas populações residentes junto ao curso da Ribeira, e danificações nos equipamentos instalados num espaço nobre que foi recentemente alvo de uma requalificação patrimonial que tem de ser preservada e continuada. A situação existente, onde uma qualquer chuva relativamente intensa exige imediatamente mobilização de elevados meios da Proteção Civil, para além de ansiedade nas populações, tem de terminar, o que levou o executivo municipal anterior a solicitar á Escola de Engenharia da Universidade do Minho um estudo aprofundado das soluções a executar, cujo projeto foi candidatado a apoios de fundos comunitários, merecendo aprovação. É o início da execução desse projeto aprovado e participado pelas instituições europeias que se propõe. Ele prevê a construção de uma primeira bacia de retenção de águas na área do Parque da Cidade, a qual constitui o procedimento agora proposto, a que se seguirão a construção de outras bacias, a segunda na Zona das Hortas, e a alteração do canal da Ribeira que atravessa a área onde está instalado o Instituto de Design, terminando com as inundações que aí ocorrem." -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: A localização das cidades e vilas fez-se no passado, tal como se fizeram as das grandes urbes das civilizações antigas, junto a mais ou menos importantes linhas de água.



Guimarães, primeira capital do reino, não foi exceção. A atravessar o seu centro citadino, duas importantes linhas de água: A Ribeira da Costa prolongada no centro pela Ribeira de Couros e a Ribeira de Santa Luzia as duas a confluírem na zona do antigo matadouro municipal, atual Avenida Mariano Felgueiras. A sua importância na história e na vida da cidade está bem documentada num sem número de publicações, merecendo realce de modo especial a atividade dos curtumes das peles. Os tormentos que as suas inundações têm provocado ao longo dos séculos na vida dos vimaranenses é também sobejamente conhecida. Não é, como por vezes se vai ouvindo, a impermeabilização crescente dos solos nas novas frentes urbanísticas sentidas a montante, nas encostas da cidade. É um problema velho, bem conhecido já há muito, identificado e estudado pelas entidades hidrográficas da administração central. A Ribeira Couros e as suas cheias já fizeram parte de estudos dos serviços hidrográficos no século passado. O que nunca houve, nas muitas décadas do passado, foi força política para obter os meios necessários à sua solução. Os seus nefastos efeitos fazem-se sentir sobretudo a partir do Largo República do Brasil ou Campo da Feira, prolongando-se depois pela zona de couros. Estão bem presentes na memória de todos nós as cheias que, após uma chuvada mais intensa, por vezes até mesmo nos meses de Verão, submerge a parte baixa do pavimento do Campo da Feira, o rés-do-chão do Lar dos Santos Passos, as caves do centro S. Francisco, parte das instalações da Ordem de S. Francisco, a antiga Fábrica da Ramada atualmente Instituto de Modae Design, e depois, ao entrar no canal sob a Avenida D. Afonso Henriques a inundação das antigas instalações da Transcovizela e da Fábrica Freitas e Fernandes, atual Centro de Formação Avançada. Não é difícil, com umas contas muito

simples, confirmar aquilo que a mãe natureza nos vai lembrando de vez quando com as ditas inundações. E são também conhecidas soluções para com elas acabar definitivamente. A solução preconizada com a empreitada agora a ser objecto de apreciação e votação, apesar de não me ter sido possível fazer a análise do respectivo projeto, não é seguramente aquela que irá definitivamente solucionar o problema. Tanto quanto me foi informado pelos serviços técnicos, passa sobretudo pela execução de uma bacia de retenção a construir no parque da cidade. Sendo certo que uma das principais soluções para a resolução do velho problema passa exatamente pelo recurso a bacias de retenção, a localização agora proposta é tal que deixa uma importante se não a maior parte da bacia hidrográfica da nossa cidade sem possibilidade de retenção das suas águas. A meu ver, e por estudo já efectuado, tornar-se-á indispensável a construção de uma outra bacia na zona das Hortas. É claro que a ser concretizada esta bacia agora proposta, aquela do Largo das Hortas, que fez parte do estudo em que participei, não necessitará da capacidade então calculada e que apontava para um valor da ordem dos 35000 metros cúbicos. Penso que é chegada a hora do município intervir no Largo das Hortas. Por várias razões. Em primeiro lugar porque é sabido que se trata do maior espaço situado praticamente no centro da cidade, com um péssimo aspecto, nada condicente com a beleza que a nossa cidade todos habituou. Depois porque foi pensado para feira, com espaços e guias no pavimento para esse efeito e agora, nestes últimos quinze anos, se transformou num depósito desordenado de automóveis, mais parecido com um armazém de sucata e que por vezes, e pela sua frequência até assusta os visitantes. Depois, porque com um arranjo urbanístico bem conseguido, que enquadrasse uma bacia de retenção com a



capacidade adequada à efetiva regularização dos caudais do Ribeiro, terminaria definitivamente com as inundações que há séculos afligem os vimaranenses. O seu custo, estou certo, bem poderá ser suportado no todo ou em parte com as receitas provenientes do novo e organizado parque de estacionamento, que até poderá ser em minha opinião, em parte subterrâneo correspondente à própria cisterna, só utilizável fora dos dias de chuvas. Após a discussão foi esclarecido que a bacia de retenção agora proposta seria apenas parte da intervenção global uma vez que está pensada a criação de mais bacias de retenção noutras localização, tendo a candidatura a fundos comunitários sido submetida já do conjunto de intervenções a realizar. Ora, como a preocupação manifestada foi no sentido da insuficiência da bacia de retenção trazida para deliberação tendo sido a Câmara informada de que se trata de apenas uma das fases da intervenção, os vereadores do PSD-CDS votam favoravelmente esta proposta.” -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE SETEMBRO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013** – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de setembro que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013. O mapa das aquisições de serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA 26**

**FRAÇÕES AUTÓNOMAS E CONTEÚDOS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "**1 – Objeto:** Aquisição de serviços de seguro multirriscos para 26 (vinte e seis) frações autónomas e conteúdos. **2. Considerandos:** O Município é proprietário de um conjunto de 26 frações autónomas dispersas por várias freguesias do concelho, afetas a armazéns, serviços, instalações de apoio a associações e à Cooperativa FRATERNA. Nos termos do nº 1 do artigo 1429º do Código Civil é obrigatório o seguro contra o risco de incêndio quer quanto às frações autónomas quer quanto às partes comuns. Considerando as circunstâncias adversas que surgem com frequência, nomeadamente as inerentes a fenómenos climatéricos, furto/roubo, danos à propriedade, atos de vandalismo e outros, submetemos à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos, para todas as frações autónomas, propriedade do Município, bem como para os respetivos conteúdos, identificados no quadro abaixo. O capital a segurar para os edifícios é de €8.357.551,82 apurado segundo o preço/m2 da construção para 2013, sendo de €338.151,00 o capital a segurar para os conteúdos, determinado em função do cadastro informático do imobilizado. O seguro atualmente em vigor termina no dia 5 de fevereiro de 2014. **3. Proposta** - Submete-se à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos para os indicados 26 prédios e conteúdos, nos termos do Caderno de Encargos que se anexa. Ao abrigo dos nºs 4 e 10 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de seguro multirriscos para 26 frações autónomas e conteúdos de 6



delas; b) A duração do contrato é de 3 anos, com início em 6 de fevereiro de 2014 e termo em 6 de fevereiro de 2017; c) Estima-se este contrato em €9.990,00 (nove mil novecentos e noventa euros), isento de IVA conforme disposto no nº 28 do artigo 9º do Código do IVA, depois de aplicada a redução remuneratória, nos termos dos artigos 27º e 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, assim repartido: a. ano de 2014 - 3.300,00€; b. ano de 2015 - 3.300,00€; c. ano de 2016 - 3.300,00€. d) Atendendo a que o serviço a prestar só produzirá efeitos no orçamento de 2014, que ainda não se encontra aprovado, esta despesa será cabimentada para efeitos de adjudicação, nos termos do nº 3 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos; f) Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com caráter plurianual, deve a despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA 42 EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E CONTEÚDOS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “1 – Objeto: Aquisição de serviços de seguro multirriscos para 42 (quarenta e dois) edifícios municipais e conteúdos. 2. Considerandos: O Município é proprietário de um conjunto de prédios urbanos, alguns deles recentemente adquiridos e reconstruídos no âmbito da Capital Europeia da Cultura

"GUIMARÃES 2012" e para requalificação da zona de Couros "CAMPURBIS", terminando o respetivo contrato de seguro no dia 31 de dezembro de 2013. Por outro lado, há um outro conjunto de edifícios segurados desde 28 de janeiro de 1995, somente para os riscos de incêndio, e elementos da natureza, encontrando-se os correspondentes capitais desatualizados e cujo contrato está em vigor até 28 de janeiro de 2014. Atendendo aos elevados investimentos efetuados quer na aquisição e na reestruturação dos prédios recentemente adquiridos e no seu apetrechamento, quer nas obras de remodelação a que alguns edifícios mais antigos foram submetidos e considerando os riscos a que tais bens estão sujeitos, nomeadamente, incêndio, circunstâncias adversas inerentes a fenómenos climatéricos, furto ou roubo, riscos elétricos, danos à propriedade, atos de vandalismo, entre outros, submetemos à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos para os 42 edifícios e conteúdos, identificados no Caderno de Encargos que se anexa. O capital a segurar para os edifícios é de 51.337.285,96€ apurado segundo o preço de aquisição e valor das respetivas empreitas e de acordo com o preço/m2 da construção/2013, para os prédios sobre os quais não existem referências de custos de aquisição ou não foram objeto de obras avultadas. O capital a segurar para os conteúdos é de 10.959,209,06€, determinado em função do cadastro informático do imobilizado. Os seguros atualmente em vigor terminam em 31 de dezembro de 2013 e 28 de janeiro de 2014. Segundo recomendação da Inspeção Geral de Finanças a cobertura de riscos através de seguros é uma gestão prudente, que visa a salvaguarda do património municipal; Estão em causa importantes investimentos patrimoniais que urge acautelar e evitar a sobrecarga financeira que o Município terá de suportar em caso de



sinistros inesperados e inevitáveis; 3. Proposta - Submete-se à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos para os indicados 42 prédios e conteúdos, nos termos do referido Caderno de Encargos. Ao abrigo dos nºs 4 e 10 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) - O objeto do contrato é a aquisição de serviços de seguro multirriscos para 42 edifícios municipais e conteúdos; b) - A duração do contrato é de 3 anos, com início em 1 de janeiro de 2014 e termo em 31 de dezembro de 2016; c) - Estima-se este contrato em €113.400,00 (cento e treze mil e quatrocentos euros), isento de IVA conforme disposto no nº 28 do artigo 9º do Código do IVA, depois de aplicada a redução remuneratória, nos termos dos artigos 27º e 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, assim repartido: a. ano de 2014 - 37.800,00€; b. ano de 2015 - 37.800,00€; c. ano de 2016 - 37.800,00€. d) Atendendo a que o serviço a prestar só produzirá efeitos no orçamento de 2014, que ainda não se encontra aprovado, esta despesa será cabimentada para efeitos de adjudicação, nos termos do nº 3 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho; e) Propõe-se a adoção de procedimento por concurso público ao abrigo da alínea b), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos; f) Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve a despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro. À consideração do superior. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----  
**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **1. Objeto:** Aquisição de serviços de avaliação de diversas parcelas de terreno onde atualmente se encontra implantada parte da Cidade Desportiva, freguesia de Candoso S. Tiago, propriedade do Sr. Domingos Machado Mendes e PANPIERROTA. **2. Considerandos:** A Câmara Municipal de Guimarães ocupa diversas parcelas terreno propriedade do Sr. Domingos Machado Mendes e da empresa PANPIERROTA, onde atualmente se encontra implantada parte da Cidade Desportiva, devidamente identificadas em planta anexa. Na sequência do esclarecimento jurídico prestado pela Sociedade Civil de Advogados CRA Coelho Ribeiro e Associados, relativamente ao processo de aquisição dos terrenos em causa, é mencionado que a Câmara pode dirigir aos proprietários dos terrenos uma proposta de aquisição, pela via negocial, sendo certo que a avaliação, a ser efetuada por perito da lista oficial, deverá respeitar o disposto no acórdão n.º 10/2013, de 23 de abril, 1ª secção/SS do Tribunal de Contas, cuja cópia se anexa. Neste sentido, de modo a determinar os valores, torna-se necessário solicitar a avaliação dos terrenos da propriedade do Sr. **DOMINGOS MACHADO MENDES**, bem como da **PANPIERROTA**, nos termos dos critérios estabelecidos no indicado acórdão do Tribunal de Contas. Trata-se, pois, de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Ao abrigo dos nºs 4 e 10 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um



contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a avaliação de diversas parcelas de terreno, devidamente identificadas em planta anexa, sitas na freguesia de Candoso S. Tiago, ocupadas com a implantação da Cidade Desportiva; b) No âmbito da rotatividade de consulta a peritos constante da Instrução de Trabalho nº 28 da Gestão da Qualidade, o perito a contratar é o Eng.º Mário José Rodrigues Araújo; c) Estima-se este contrato em € 1.574,88 (mil quinhentos e setenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legalmente em vigor; d) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 3569/13; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto simplificado, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º em articulação com o nº 1 do artigo 128º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro. f) O valor do contrato contempla já a redução remuneratória de 3,5% prevista na alínea a), nº 1 do artigo 27º, e n.º 2 do artigo 75º da Lei nº 66-B /2012, de 31 de dezembro. À consideração superior.” Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Apesar de ser este ponto apenas para contratação de serviços de avaliação dos terrenos da Cidade Desportiva – terrenos que são ocupados pela Câmara de Guimarães desde 2001 mas sendo ainda de propriedade privada – convém recordar que apenas está a ser deliberada a contratação deste serviço pela circunstância do Tribunal de Contas ter censurado, de forma veemente, o negócio

que se preparava para fazer a Câmara Municipal, no que respeita à aquisição dos terrenos propriedade do Sr. Domingos Machado Mendes. Na realidade, a Câmara Municipal, apesar de ter negociado estes terrenos (terrenos agrícolas sem viabilidade construtiva e classificados como Reserva Agrícola Nacional - RAN), no ano 2001, pelo valor de €1 milhão (concretamente €1.047.112,99 – valor atribuído à permuta destes terrenos com os da Quinta do Outeiro), tentou vendê-los em 20.09.2012 pelo fantástico montante de €3 milhões (concretamente €2.968.299,69) sem se perceber o que tinha alterado nesses terrenos, pois que foram terrenos negociados como terrenos agrícolas pelos que a conclusão da negociação, ainda que 12 anos volvidos, tem que ter naturalmente em consideração o que se começou a negociar, e não aquilo em que entretanto se tornaram esses terrenos. Foi isto que os vereadores do PSD disseram durante anos: que a Câmara adquirisse estes terrenos, pela via do direito privado, pelo valor atribuído à permuta, uma vez que era o que valiam os terrenos agrícolas e era o valor consensualizado entre comprador e vendedor, isto é, €1 milhão. Mas não se compreende como podia a Câmara aceitar pagar €3 milhões (€2.968.299,69) em 2012 por um terreno que em 2001 havia negociado por €1 milhão (€1.047.112,99). Sobretudo quando todas as “benfeitorias” realizadas nestes terrenos o haviam sido a expensas da própria Câmara! Ao ali instalar, pagando, uma piscina municipal e uma pista de atletismo. Precisamente por isto não se compreender é que o Tribunal de Contas veio defender esta mesma posição, de que os terrenos só podem ser negociados, hoje, tendo em conta a sua realidade em 2001, quando se deu início a sua negociação. Como sempre disse o PSD e como sempre negou o PS. E é por isso com natural regozijo e enorme



estupefação que vimos, na análise a este ponto, o Sr. Presidente da Câmara a referir que “é evidente que estes terrenos têm que ser avaliados como terrenos agrícolas”, o que é verdade que é evidente mas só se tornou evidente agora, porque até aqui esta evidência foi sempre contrariado pela interpretação que lhe dava o PS. Aliás, refira-se pela importância, este valor ainda mais se justifica se virmos que o Sr. Domingos Machado Mendes não se pode considerar propriamente prejudicado pelo negócio que realizou, pois como se sabe, os proprietários dos restantes terrenos daquela zona foram todos expropriados tendo-lhes sido pago um valor de € 10/m<sup>2</sup> e já na altura, com o tal valor de € 1 milhão (€ 1.047.112,99) pagariam ao Sr. Domingos Machado Mendes o correspondente a € 13/m<sup>2</sup> o que já era uma valorização de 30% face aos restantes proprietários. Que dizer então do montante de € 40/m<sup>2</sup> que pretendia pagar a Câmara com o negócio que queria fazer, que o PSD sempre contestou e que agora o Tribunal de Contas veio igualmente censurar. Em todo o caso e como do que se trata é da contratação dos serviços de um avaliador, e como forma de demonstrar a uma postura de confiança até demonstração do contrário, mesmo neste assunto, os vereadores PSD-CDS votam **favoravelmente** à intenção de contratação de serviços de um perito avaliador, mediante ajuste direto.” -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE  
PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de manutenção dos elevadores de quatro edifícios municipais: Centro Escolar de S. Torcato; Antigo Edifício da CP; Escola EB1 – Oliveira do Castelo;

Escola EB1 Couto – Barco. **2. Considerandos:** Em conformidade com o normativo legal aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº320/202, de 28 de dezembro, a manutenção regular dos elevadores constitui uma obrigação do proprietário do edifício, devendo observar os requisitos previstos nos anexos daquele normativo, sendo da sua responsabilidade a celebração de um contrato de manutenção com uma “EMA” - Empresa de Manutenção de Ascensores, a qual assumirá a responsabilidade, criminal e civil, pelos acidentes causados pela deficiente manutenção das instalações ou pelo incumprimento das normas em vigor. Verifica-se, assim, a necessidade de celebrar um contrato de manutenção pelo prazo de três anos, prazo limite permitido no âmbito do Código dos Contratos Públicos, para os elevadores existentes nos seguintes Edifícios municipais identificados no ponto 1. O prazo contratual deverá ter início a 1 de Janeiro de 2014 e termo a 31 de Dezembro de 2016. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Propõe-se, assim, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10, do art.º 75.º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), e do preceituado no art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, submeter a aprovação da Câmara Municipal, e posteriormente da Assembleia Municipal, a autorização para assunção do respetivo compromisso plurianual com a abertura de um procedimento para a aquisição dos serviços de manutenção dos elevadores existentes nos edifícios referidos no ponto 1, pelo prazo de 3 anos meses, com início a 1 de janeiro de 2014 e término a 31 de dezembro de 2016,



considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a manutenção dos elevadores de quatro edifícios municipais: Centro Escolar de S. Torcato; Antigo Edifício da CP; Escola EB1 – Oliveira do Castelo; Escola EB1 Couto – Barco. b) A despesa total, relativa aos 3 anos, estima-se em 12.564,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos seguintes termos: - Centro Escolar de S. Torcato – Um valor total de 1.980,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo o valor anual de 660,00€; - Antigo Edifício da CP - Um valor total de 4.860,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo o valor anual de 1.620,00€; - Escola EB1 – Oliveira do Castelo - Um valor total de 3.744,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo o valor anual de 1.248,00€; - Escola EB1 Couto – Barco - Um valor total de 1.980,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo o valor anual de 660,00€. c) - Atendendo a que o serviço a prestar só produzirá efeitos no orçamento de 2014, que ainda não se encontra aprovado, esta despesa será cabimentada para efeitos de adjudicação, nos termos do nº 3 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com consulta a 3 entidades. e) - Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve a despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----  
**RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR N.º**

**2/2012** – Presente o Relatório Final respeitante ao Procedimento Disciplinar instaurado aos trabalhadores José Luís Sousa e Carlos Gomes, com a categoria profissional de Assistentes Operacionais. Os Relatórios Finais, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, propõem a aplicação da pena disciplinar de suspensão, pelo período de 90 dias, suspensão da sua execução pelo período de 1 ano. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO, PELO PERÍODO DE 90 DIAS, SUSPENSÃO DA SUA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE 1 ANO.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - TURIPENHA – COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE OUTUBRO DE 2013**

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 17 de outubro de 2013 foram designados os representantes do Município nos órgãos sociais da Cooperativa TURIPENHA. Verifica-se, contudo, no que respeita à Direção, que a designação dos membros contém uma referência aos cargos da Direção, quando tal competência é da Assembleia Geral da Cooperativa, nos termos do art.º 30º dos Estatutos. Deste modo, sendo necessário retificar aquela deliberação no sentido de que apenas fique a constar a designação das pessoas ali indicadas para a Direção da Cooperativa, sem qualquer referência a cargos, proponho: **1** – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados para a **Direção**: - José Manuel Nogueira Teixeira



Bastos, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; - Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão, Diretor do Departamento dos Serviços Urbanos e Ambiente da Câmara Municipal de Guimarães. - Domingos José Ferreira Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivos, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com 6 votos a favor e 4 em branco. **O Vereador António Monteiro de Castro não participou na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

**EDUCAÇÃO - ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS SECUNDÁRIAS** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da constituição do novo órgão executivo e de modo a assegurar a participação e a representação do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, torna-se necessário proceder à alteração das designações aprovadas por deliberações de Câmara de 27 de junho, 11 de julho e 5 de setembro de 2013, relativas aos representantes do Município naqueles órgãos de direção. Assim, nos termos no n.º 4, do artigo 14.º, e do n.º 1, do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, proponho: Que a votação do ponto 2) se faça por estabelecimento de ensino e para o conjunto de nomes proposto para cada um. Que sejam designados em representação do Município no (a): *Agrupamento de Escolas Santos Simões*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José

Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivos. *Agrupamento de Escolas Virgínia Moura*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivos; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas das Taipas*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas Vale de S. Torcato*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivos; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas de Pevidém*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Clara Maria Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivos; Dra. Clara Maria Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas de Gil Vicente*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas Abel Salazar*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação; Dra. Clara Maria Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas de Briteiros*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivos; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda*: Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca



e Arquivos; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas Mário Cardoso:* Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação; Dra. Clara Maria Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas de Abação:* Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação; Dra. Clara Maria Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas João de Meira:* Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas Fernando Távora:* Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Escola Secundária das Taipas:* Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Escola Secundária Martins Sarmento:* Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação. Mediante aprovação da presente proposta, ficam revogadas as deliberações de 27 de junho, 11 de julho e 5 de setembro, respeitantes à designação dos representantes do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**

**APROVAR QUE A DESIGNAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTANTES DO PONTO 2 DA PRESENTE PROPOSTA SEJA VOTADA NO SEU CONJUNTO. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com 6 votos a favor e 5 em branco. -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - AGOSTO 2013** – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social:

"A Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos (deliberação 20/12/2012), reforçado por deliberação 07/03/2013. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa." O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - SETEMBRO 2013** – Presente a seguinte informação da Divisão de

Ação Social: "A Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos (deliberação 20/12/2012), reforçado por deliberação 07/03/2013. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa." O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO DE TRANSPORTE A QUATRO PESSOAS CARENCIADAS COM DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social: "Foi solicitado à Câmara



Municipal apoio financeiro para transporte semanal de quatro pessoas com deficiência residentes em Guimarães, à APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente. Os quatro deficientes em causa eram transportados em táxi adaptado, semanalmente e em conjunto, ao abrigo da legislação dos transportes escolares (saída para Lomar à 2ª feira e regresso a Guimarães à sexta-feira), mas com a entrada em vigor do decreto-lei nº176/2012 de 2 de agosto, este apoio deixou de ter enquadramento legal, passando a ficar a cargo das suas famílias, tendo vindo, por esse motivo, a ser apoiadas pelo Município deste março passado. O estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços aos quatro casos comprova precariedade económica dos agregados familiares, cujos deficientes se encontram a frequentar a APPACDM em regime de internato desde 1984, de acordo com informação prestada pela técnica desta instituição. Apresentam-se alguns dados da caracterização socioeconómica: -----

<b>Identificação do Processo</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Rend. P/Capita</b>	<b>Situação p/ emprego</b>
219958300/12 - Urgeses	37	M	282,28	Aposentado
207456240/12 - Pinheiro	40	M	283,72	Aposentado
214119360/12 - Penselo	38	M	113,41	Aposentado
209649070/13 - Tabuadelo	39	M	194,06	Reformado

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo o Município de Guimarães atribuir este apoio pelo Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos que se encontra ao abrigo da alínea c) do nº 4 do artigo 64 da Lei 169/99 de 18 de setembro que refere ser atribuição das Autarquias, *participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, (...), pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal (...)*, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do referido Regulamento Municipal, a atribuição, de 1 de novembro até 31 de outubro de

2014, de um subsídio convertido em prestações de serviço de transporte adaptado, no valor mensal estimado de 255,00€ que possibilite as quatro pessoas suprarreferidas se deslocarem de suas casas para o centro de reabilitação da APPACDM situado em Lomar – Braga.” Mais se propõe, considerando que se trata da assunção de um novo compromisso, com caráter plurianual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a despesa que resulta deste apoio, conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**DIVERSOS – CONCESSÃO DE CARÁTER PERPÉTUO DE 12 JAZIGOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MONCHIQUE –**

Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Câmara Municipal efetuou, em 2007, uma hasta pública para a concessão de jazigos subterrâneos no Cemitério de Monchique, pelo que volvidos seis anos sobre a última concessão, e em função de alguns pedidos de interessados, entendemos ser altura de promover nova hasta pública para concessionar jazigos no Cemitério de Monchique. Propõe-se, assim, a abertura de um novo procedimento de concessão com caráter perpétuo de dois jazigos subterrâneos de seis células e de dez jazigos subterrâneos de três células jazigos no Cemitério Municipal de Monchique, de acordo com o n.º 3, do artigo 46.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais, através da realização de uma hasta pública, conforme programa que se junta em anexo (doc. 1). Estabelecida a procura e ponderado o número de jazigos existentes e o seu custo unitário, em função da sua própria construção e do custo global do Cemitério de Monchique, proponho um preço base de licitação, igual ao praticado em 2007,



de respetivamente cinco mil euros (5.000,00€) para os jazigos subterrâneos de seis células e três mil euros (3.000,00€) para os jazigos subterrâneos de três células, para cada jazigo e um valor mínimo de cada lançamento de duzentos e cinquenta euros (250,00€). Propõe-se, ainda, a constituição da Comissão que irá acompanhar a realização da Hasta Pública, da qual farão parte os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão - Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal - Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas - Chefe da Divisão de Serviços Urbanos. 2.º Vogal - Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da Divisão Administrativa. Vogal suplente - Crisália Marcela Pereira Alves - Técnica Superior. Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2014**

- Presente uma comunicação da Administração Regional de Saúde do Norte - Sub-Região de Saúde de Braga enviando, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2014 no concelho de Guimarães, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - ADESÃO AO PACTO EUROPEU DE AUTARCAS -**

Presente a seguinte proposta: "Através da adesão ao Pacto Europeu de Autarcas as autarquias locais e regionais comprometem-se voluntariamente a prover o aumento da eficiência energética e a utilização de fontes de energias renováveis nos respetivos territórios, contribuindo para o objetivo

européu de reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> em pelo menos 20% até 2020, em consequência do aumento de 20% da eficiência energética e da quota de 20% das fontes de energia renováveis no cabaz energético da União Europeia. Os Signatários do Pacto comprometem-se a implementar Planos de Ação para as Energias Sustentáveis (PAES) nos seus territórios, nos quais se apresenta conjunto de medidas de iniciativa municipal, privada ou em parceria, centradas na promoção da eficiência no consumo de energia e na integração de energias renováveis de pequena escala no território do concelho, designadamente em meio urbano ou nos transportes e logística. O Plano de Ação para a Energia Sustentável é um instrumento fundamental na concepção, implementação e monitorização das medidas orientadas para o cumprimento das metas do Pacto dos Autarcas. No quadro da conceção das medidas, o PAES fornece através da matriz energética informação precisa sobre a distribuição sectorial dos consumos energéticos e dos respectivos vectores energéticos. Ao longo da implementação de medidas de melhoria da eficiência do consumo energético ou de integração de renováveis a matriz fornece indicações sobre o sucesso da sua implementação ou sobre eventuais desvios e correções. O PAES é um meio de disseminação da informação sobre os desafios e oportunidades colocados ao município, aos agentes privados e aos munícipes em geral pelas exigências do compromisso assumido pela adesão ao Pacto de Autarcas. Do ponto de vista dos desafios, o PAES evidencia os consumos energéticos sobre os quais é prioritária uma atuação. Do ponto de vista das prioridades, o PAES fornece elementos para avaliação de custos e benefícios das medidas que concretizam as metas do Pacto Europeu de Autarcas expondo, portanto, as oportunidades de investimento público e privado. A



análise prospetiva da evolução dos consumos energéticos no Concelho permite antever os cenários de evolução, considerando tanto a situação de base como os impactos das medidas a implementar no quadro do cumprimento das metas do Pacto de Autarcas. Através da análise prospetiva os benefícios a médio prazo podem ser aferidos permitindo, assim, antecipar a evolução dos indicadores energéticos que correspondem a essas metas. Ainda através da matriz energética prospetiva é possível antever o progresso do balanço energético do concelho e antecipar tanto a concretização das metas como a eventual necessidade de aprofundamento de medidas. A adesão ao Pacto Europeu de Autarcas, a realização do PAES e a respetiva implementação articulam com a formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável, de atratividade e competitividade regional. A implementação das medidas de sustentabilidade energética atua como um ativo regional na atração de inovação, recursos, investimento e emprego. Neste quadro, a adesão ao Pacto Europeu de Autarcas constitui um passo significativo na afirmação do Município e no reforço do seu contributo para a projeção da região do Ave. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal de Guimarães aprove: 1. Aderir ao Pacto Europeu de Autarcas; 2. Dar continuidade ao processo de programação e implementação de um programa de projetos de redução de fatura energética municipal com relevância a desenvolver para a implementação do Plano de Ação para a Energia Sustentável; 3. Reconhecer a Comunidade Intermunicipal e a Agência de Energia do Ave como estruturas territoriais de parceria na adesão ao Pacto Europeu de Autarcas, na programação de ações e na implementação de medidas previstas no Plano de Ação para a Energia Sustentável.” O Pacto de Autarcas dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta

anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luisa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Não sem antes referir que isto mesmo foi defendido pelo vereador André Coelho Lima, então na qualidade de candidato à Câmara Municipal de Guimarães, num debate entre candidatos que teve lugar na Associação Comercial e Industrial de Guimarães. Tendo dito na altura que 53 municípios portugueses já haviam aderido a este pacto de autarcas enquanto que o Município de Guimarães, que se propunha ser “Capital Verde” da Europa ainda nem a esta singela manifestação de intenções dos autarcas europeus havia aderido. Na altura, foi manifestado pelo Dr. Domingos Bragança que tal não havia sucedido porque Guimarães havia aderido através da CIM do Ave que seria a dimensão que considerávamos ajustada para esta integração. No entanto, apesar disso, a verdade é que agora surge esta proposta de adesão, pouco mais de um mês de se ter considerado que a mesma não seria necessária. Não obstante não se poder deixar de referir esta circunstância absolutamente curiosa, a intenção que lhe está subjacente é, por maioria de razão, merecedora da aprovação por parte dos vereadores PSD-CDS.” -----

**DIVERSOS – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – ANO DE 2013** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 13 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Novembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando as dificuldades que famílias



e empresas vão continuar a enfrentar em 2014, e pese embora o risco controlado para a sustentabilidade do orçamento municipal associado a esta medida, proponho, nos termos dos nºs 1 e 5 do art. 112º do CIMI, com as alterações introduzidas pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, que sejam fixadas as seguintes taxas para liquidação daquele imposto: a) - Prédios urbanos = 0,7 %. b) - Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI = 0,375 %. Esta proposta de taxas representa uma redução de 25% face ao máximo permitido por lei, ficando as taxas propostas próximas do limite inferior.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Luisa Pedroso e José Torcato Ribeiro. -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: “A cada dia que passa torna-se mais frequente ouvir dizer que os portugueses atingiram o limiar do esforço fiscal e que o investimento privado foge de Guimarães para os municípios vizinhos devido a elevada carga dos impostos. Apesar de em ambas as situações ser mais do que desejável o regresso a uma carga fiscal menos agressiva, menos dolorosa e, porque não dizê-lo, menos perversa, há que encontrar uma postura responsável, sensata que tente conciliar as legítimas preocupações dos cidadãos e das empresas com as necessidades económico-financeiras da Câmara para executar o programa sufragado pelas populações. Como todos sabem ou deviam saber, os sucessivos governos liderados pelo PSD ou pelo PS, foram atribuindo responsabilidades novas às câmaras municipais ao

mesmo tempo que foram reduzindo os concomitantes meios financeiros. A estas práticas lesivas das finanças municipais acresce no presente a política de austeridade e empobrecimento da população, com cortes e mais cortes, impostos e mais impostos, um caminhar cego e doloroso para o abismo indicado pela tróica e acrítica e servilmente assumido pelos partidos do arco da tróica - PS, PSD e CDS. De práticas recessivas não é de esperar senão penúria de recursos e investimento esquivo. As famílias, por seu lado, vítimas de esbulho continuado dos salários, das reformas e das pensões estão exauridas, em contínua perda de poder de compra e a necessitarem de um suplemento de vitalidade proporcionador de uma centelha de esperança numa vida menos difícil. Da conjugação destas dinâmicas de sentido antagónico - desafogar financeiramente os contribuintes, famílias e empresas e dotar a Câmara dos mínimos indispensáveis ao seu normal funcionamento - resulta um desequilíbrio orçamental que não pode ser ignorado ou menosprezado numa lógica de gestão responsável. A CDU não é a favor do agravamento de impostos, mas também não acompanha os que indiferentes à sorte das finanças da Câmara assumem em Guimarães um sentido de voto contrário ao que aplaudem na Assembleia da República em sede de Orçamento Geral do Estado. E também não se deixa condicionar pelos que no mundo virtual e nas redes sociais imaginam oposições e desenvolvem lutas e reivindicações fantásticas, esgotando-se entre o que devia haver mas não há. Em linha de coerência com o seu programa eleitoral recentemente apresentado aos vimaranenses onde declara a sua intenção de medir e calibrar a política fiscal municipal pelo prisma das suas consequências sociais e económicas, A CDU propõe uma redução dos impostos municipais para 2014 fundamentada na degradação



dos orçamentos das famílias, na descapitalização das empresas e numa política de atração do investimento gerador de emprego. Não nivelamos por baixo, não propomos a redução para os valores mínimos legalmente previstos, mas também não aceitamos pequenas reduções de alguns pontos percentuais, porque nem beneficiam a Câmara nem entusiasmam os cidadãos, nem as empresas, nem os investidores. Enquanto na derrama municipal a nossa preferência é pela sua suspensão, no IRS parece-nos justa uma repartição entre o que reverte a favor do orçamento da Câmara e o que é devolvido aos contribuintes – 2,5% para cada lado. Já quanto ao IMI propomos a reconsideração dos respectivos limites inferior e superior para 0,35% e 0,65% respectivamente. As nossas propostas respeitam o compromisso que assumimos com os cidadãos que confiaram na CDU e dotam a Câmara dos meios necessários e suficientes para funcionar com racionalidade económica, cumprindo o programa sem carregar fiscalmente sobre as populações e as atividades económicas instaladas em Guimarães.” -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta que fixa as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, em valores de 0,7% nos prédios urbanos ainda não avaliados pelo CIMI e de 0,375% nos prédios já avaliados, o que representa uma redução de 25% face ao máximo permitido por lei, pelas seguintes razões: Os encargos fiscais suportados pelos contribuintes portugueses são elevados, pelo que devem ser ponderadas as taxas a aplicar de forma a não contribuir excessivamente para a contração dos rendimentos disponíveis dos munícipes. A capacidade de resposta dos Municípios às necessidades das

populações, e às exigências da sua qualidade de vida, exige valores de receitas que não se compadecem com populismos fáceis no discurso propondo redução de taxas quando se está na oposição, e se aplicam os valores mais elevados possíveis, “grandes aumentos de impostos”, quando se está no poder. O IMI representa um valor percentual alto no quadro das receitas municipais. No caso concreto do Município de Guimarães, os prédios urbanos encontram-se praticamente todos avaliados, pelo que a taxa que terá alargada incidência é o valor de 0,375%. Na recente eleição municipal, assumimos junto dos eleitores o não aumento de impostos municipais, mas não a sua redução. Articulando todas estas razões, propomos a manutenção da taxa aplicada em 2012, que representa uma redução de 25% em relação ao máximo previsto na lei, procurando minimizar a sobrecarga fiscal excessiva, mas garantindo uma cobrança que não colocará em causa o orçamento municipal. Esta incidência global de 0,375% não impede que possam ser propostos incentivos, com redução da taxa de IMI, a empresas, em proposta autónoma de apoio ao desenvolvimento económico e criação de emprego. O mesmo será proposto para as IPSS, atendendo à importância social da sua intervenção.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Ao longo de vários anos e mesmo vários mandatos que os vereadores do PSD se têm batido sucessivamente, ano após ano, por um diferente critério de aplicação das taxas em sede de IMI. Designadamente, sempre tem sido proposto um sistema que assente numa média ideal de receita como a relevante para aplicação do imposto. A questão é simples: o Município tem determinadas expectativas em termos



das receitas provenientes de cada imposto. Deverá o Município fixar um valor como sendo o ideal de receita que provirá da média de tributação dos três anos antecedentes, sendo que assim variaram as taxas em função da receita e não de quaisquer outros critérios. Assim se assegurando a necessária solidariedade para com os munícipes, isto é, por um lado, permite-se que o Município se mantenha com os índices de cobrança a que está habituado, por outro lado, permite-se que os Vimaraneses possam pagar menos IMI sempre que a receita do mesmo proveniente conheça subidas significativas. Ora, o que se nos apresenta, após um ano eleitoral, é a manutenção das taxas de IMI aplicáveis no mandato anterior, designadamente no último ano do mandato anterior. Ou seja, apesar das expectativas que foram criadas nos cidadãos, apesar da retórica nos termos da qual se voltaria a política mais para as pessoas, a verdade é que neste que é um imposto que incide muito especialmente sobre as famílias, aquilo com que nos deparamos é com uma total ausência de novidades neste novo executivo socialista. Que se limita a manter as taxas existentes no executivo que lhe antecede e que apenas as pessoas poderão julgar da sua coerência com o que lhes foi transmitido. Por outro lado, como é sabido, o parque habitacional concelhio foi totalmente reavaliado, os prédios do concelho de Guimarães foram objeto de reavaliações das quais resultará, necessariamente, um aumento muito significativo da receita provinda deste imposto. Isto é, está criada o clima adequado para uma redução do mesmo, numa altura de particulares dificuldades para as famílias, e numa altura em que aumentará a receita do Estado. A pior imagem que a Câmara pode dar de si própria é que estão todos em crise menos a Câmara de Guimarães. Pelo que neste contexto de aumento de receita, a manutenção das taxas corresponde na

prática a uma subida do IMI. Porque subirá significativamente a receita para a Câmara e porque subirá necessariamente para os proprietários de prédios reavaliados, muitos deles famílias a viver em condições de grande dificuldade, e aqueles que tenham a sua residência arrendada, sentirão os efeitos desta reavaliação nos aumentos da sua renda. Sendo isto precisamente o oposto daquilo que defendemos. As pessoas a pagar mais não para a Câmara manter as suas receitas, mas neste caso para as aumentar o que surgirá inevitavelmente da reavaliação dos prédios. Por estes motivos votamos **contra**.” -----

**DIVERSOS – DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2013 (A COBRAR EM 2014)** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos

do disposto no nº 1 e 4 do art. 14º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2013 a cobrar em 2014 para financiar investimentos, nomeadamente, na regeneração económica do concelho: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000; b) – De 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000.”

**DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Luisa Pedroso e José Torcato Ribeiro.



O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: "A cada dia que passa torna-se mais frequente ouvir dizer que os portugueses atingiram o limiar do esforço fiscal e que o investimento privado foge de Guimarães para os municípios vizinhos devido a elevada carga dos impostos. Apesar de em ambas as situações ser mais do que desejável o regresso a uma carga fiscal menos agressiva, menos dolorosa e, porque não dizê-lo, menos perversa, há que encontrar uma postura responsável, sensata que tente conciliar as legítimas preocupações dos cidadãos e das empresas com as necessidades económico-financeiras da Câmara para executar o programa sufragado pelas populações. Como todos sabem ou deviam saber, os sucessivos governos liderados pelo PSD ou pelo PS, foram atribuindo responsabilidades novas às câmaras municipais ao mesmo tempo que foram reduzindo os concomitantes meios financeiros. A estas práticas lesivas das finanças municipais acresce no presente a política de austeridade e empobrecimento da população, com cortes e mais cortes, impostos e mais impostos, um caminhar cego e doloroso para o abismo indicado pela tróica e acrítica e servilmente assumido pelos partidos do arco da tróica - PS, PSD e CDS. De práticas recessivas não é de esperar senão penúria de recursos e investimento esquivo. As famílias, por seu lado, vítimas de esbulho continuado dos salários, das reformas e das pensões estão exauridas, em contínua perda de poder de compra e a necessitarem de um suplemento de vitalidade proporcionador de uma centelha de esperança numa vida menos difícil. Da conjugação destas dinâmicas de sentido antagónico - desafogar financeiramente os contribuintes, famílias e empresas e dotar a Câmara dos mínimos indispensáveis ao seu normal funcionamento - resulta um desequilíbrio orçamental que

não pode ser ignorado ou menosprezado numa lógica de gestão responsável. A CDU não é a favor do agravamento de impostos, mas também não acompanha os que indiferentes à sorte das finanças da Câmara assumem em Guimarães um sentido de voto contrário ao que aplaudem na Assembleia da República em sede de Orçamento Geral do Estado. E também não se deixa condicionar pelos que no mundo virtual e nas redes sociais imaginam oposições e desenvolvem lutas e reivindicações fantásticas, esgotando-se entre o que devia haver mas não há. Em linha de coerência com o seu programa eleitoral recentemente apresentado aos vimaranenses onde declara a sua intenção de medir e calibrar a política fiscal municipal pelo prisma das suas consequências sociais e económicas, A CDU propõe uma redução dos impostos municipais para 2014 fundamentada na degradação dos orçamentos das famílias, na descapitalização das empresas e numa política de atração do investimento gerador de emprego. Não nivelamos por baixo, não propomos a redução para os valores mínimos legalmente previstos, mas também não aceitamos pequenas reduções de alguns pontos percentuais, porque nem beneficiam a Câmara nem entusiasma os cidadãos, nem as empresas, nem os investidores. Enquanto na derrama municipal a nossa preferência é pela sua suspensão, no IRS parece-nos justa uma repartição entre o que reverte a favor do orçamento da Câmara e o que é devolvido aos contribuintes – 2,5% para cada lado. Já quanto ao IMI propomos a reconsideração dos respectivos limites inferior e superior para 0,35% e 0,65% respectivamente. As nossas propostas respeitam o compromisso que assumimos com os cidadãos que confiaram na CDU e dotam a Câmara dos meios necessários e suficientes para funcionar com racionalidade económica, cumprindo o programa sem carregar fiscalmente sobre



as populações e as atividades económicas instaladas em Guimarães.” -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de lançamento de uma derrama para o ano de 2013, a cobrar em 2014, sobre os sujeitos passivos com lucros tributáveis em sede de IRC, com o objetivo de financiamento de apoio ao investimento para a regeneração económica do Concelho, pela importância que tal intervenção deverá ter na criação de emprego, sustentabilidade das empresas, mobilização de investimentos para a continuidade da reindustrialização já iniciada. Foram ponderadas razões de não agravamento fiscal, manutenção de receitas no orçamento, e a consonância com o programa eleitoral que apresentamos aos vimaranenses. A aplicação da derrama globalmente para as pessoas coletivas com lucros tributáveis, não impede que possam vir a ser propostos incentivos com redução da taxa em proposta autónoma de incentivos ao desenvolvimento empresarial e criação de emprego.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores do PSD-CDS propõem a aplicação de uma Derrama transversal de 1,20%, porque competitiva face ao que é praticado nos municípios vizinhos. Para o próximo exercício, propõe-nos a Câmara a manutenção da taxa da Derrama máxima para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os € 150.000,00 isto é, 1,5%, e uma taxa reduzida de 1% para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses mesmos € 150.000,00. Ora, o que se nos apresenta, após um período eleitoral, é a manutenção das taxas”

de Derrama aplicáveis no mandato anterior, designadamente no último ano do mandato anterior. Ou seja, apesar das expectativas que foram criadas nos cidadãos, apesar da retórica nos termos da qual se voltaria a política para a competitividade das nossas empresas, a verdade é que neste que é um imposto que incide sobre os lucros das empresas, aquilo com que nos deparamos é com uma total ausência de novidades neste novo executivo socialista. Que se limita a manter as taxas existentes no executivo que lhe antecede e que apenas as pessoas poderão julgar da sua coerência com o que lhes foi transmitido em campanha eleitoral. Em nossa opinião, a taxa aplicável à Derrama deve atender, essencialmente, ao seguinte ao conceito de competitividade entre municípios vizinhos, pois que nos preocupa a perda de competitividade do concelho de Guimarães face a outros municípios, por aplicação de uma Derrama superior a concelhos que apresentam uma estrutura empresarial e industrial em tudo idêntica à de Guimarães, transformando Guimarães num município fiscalmente menos atraente. Esta circunstância, da competitividade fiscal se comparada com territórios de proximidade geográfica e com municípios de configuração sócio-económica idêntica à nossa, é o principal fator a ponderar na aplicação destas taxas. Ao manter as taxas aplicadas no ano anterior demonstra a Câmara abdicar de utilizar este imposto municipal com uma dimensão política e de competitividade ao nosso território. Aliás diga-se que se a aplicação de uma taxa mais reduzida (1%) às empresas cujo volume de negócio não ultrapasse os € 150.000,00 pretender aparentar uma empatia pelas empresas menores, é em simultâneo uma medida desassisada na perspetiva da promoção do emprego, pois que as empresas de maior volume de negócios são necessariamente as



mais capazes de criar emprego, de mais nos ajudar no objetivo de combate ao desemprego. Ao se penalizar mais fortemente as empresas que têm maior potencialidade de criação de emprego, está-se a dar um sinal em sentido completamente contrário àquilo que necessita a nossa sociedade ao nível da intervenção dos seus representantes políticos. Pelos motivos expostos, os vereadores PSD-CDS votam contra.” -----

**DIVERSOS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) - ANO DE**

**2014** – Presente a seguinte proposta: “Considerando o disposto no nº 1 do art.º. 20º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que seja fixada a taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Luisa Pedroso e José Torcato Ribeiro. -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto:** “A cada dia que passa torna-se mais frequente ouvir dizer que os portugueses atingiram o limiar do esforço fiscal e que o investimento privado foge de Guimarães para os municípios vizinhos devido a elevada carga dos impostos. Apesar de em ambas as situações ser mais do que desejável o regresso a uma carga fiscal menos agressiva, menos dolorosa e, porque não dizê-lo, menos perversa, há que encontrar uma postura responsável, sensata que tente conciliar as legítimas preocupações dos cidadãos e das empresas com as necessidades

económico-financeiras da Câmara para executar o programa sufragado pelas populações. Como todos sabem ou deviam saber, os sucessivos governos liderados pelo PSD ou pelo PS, foram atribuindo responsabilidades novas às câmaras municipais ao mesmo tempo que foram reduzindo os concomitantes meios financeiros. A estas práticas lesivas das finanças municipais acresce no presente a política de austeridade e empobrecimento da população, com cortes e mais cortes, impostos e mais impostos, um caminhar cego e doloroso para o abismo indicado pela tróica e acrítica e servilmente assumido pelos partidos do arco da tróica - PS, PSD e CDS. De práticas recessivas não é de esperar senão penúria de recursos e investimento esquivo. As famílias, por seu lado, vítimas de esbulho continuado dos salários, das reformas e das pensões estão exauridas, em contínua perda de poder de compra e a necessitarem de um suplemento de vitalidade proporcionador de uma centelha de esperança numa vida menos difícil. Da conjugação destas dinâmicas de sentido antagónico - desafogar financeiramente os contribuintes, famílias e empresas e dotar a Câmara dos mínimos indispensáveis ao seu normal funcionamento - resulta um desequilíbrio orçamental que não pode ser ignorado ou menosprezado numa lógica de gestão responsável. A CDU não é a favor do agravamento de impostos, mas também não acompanha os que indiferentes à sorte das finanças da Câmara assumem em Guimarães um sentido de voto contrário ao que aplaudem na Assembleia da República em sede de Orçamento Geral do Estado. E também não se deixa condicionar pelos que no mundo virtual e nas redes sociais imaginam oposições e desenvolvem lutas e reivindicações fantásticas, esgotando-se entre o que devia haver mas não há. Em linha de coerência com o seu programa eleitoral recentemente



apresentado aos vimaranenses onde declara a sua intenção de medir e calibrar a política fiscal municipal pelo prisma das suas consequências sociais e económicas, A CDU propõe uma redução dos impostos municipais para 2014 fundamentada na degradação dos orçamentos das famílias, na descapitalização das empresas e numa política de atração do investimento gerador de emprego. Não nivelamos por baixo, não propomos a redução para os valores mínimos legalmente previstos, mas também não aceitamos pequenas reduções de alguns pontos percentuais, porque nem beneficiam a Câmara nem entusiasma os cidadãos, nem as empresas, nem os investidores. Enquanto na derrama municipal a nossa preferência é pela sua suspensão, no IRS parece-nos justa uma repartição entre o que reverte a favor do orçamento da Câmara e o que é devolvido aos contribuintes – 2,5% para cada lado. Já quanto ao IMI propomos a reconsideração dos respectivos limites inferior e superior para 0,35% e 0,65% respectivamente. As nossas propostas respeitam o compromisso que assumimos com os cidadãos que confiaram na CDU e dotam a Câmara dos meios necessários e suficientes para funcionar com racionalidade económica, cumprindo o programa sem carregar fiscalmente sobre as populações e as atividades económicas instaladas em Guimarães.” -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de fixação da taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Guimarães, não reduzindo o valor máximo previsto na lei, dado ser o IRS um imposto progressivo que não atinge a maioria da nossa população residente e por ser claramente residual no

imposto pago por cada contribuinte, com exceção dos altos rendimentos, o impacto que teria a redução de qualquer ponto percentual. Na opção pelas reduções que mais afetam os contribuintes, e salvaguardada a necessidade de garantir a receita fiscal indispensável às atividades do Município, privilegiamos a redução no IMI que atinge mais fortemente, e não progressivamente, esse esforço contributivo.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “No que respeita à participação variável em sede de IRS (flexibilidade concedida às Câmaras de definirem a taxa até 5%), a lei, ao atribuir às Câmaras Municipais a possibilidade de definirem a taxa até 5%, isto é, ao lhes conferir a possibilidade de fazerem os seus concidadãos pagar até menos 5% de IRS do que os habitantes de outros concelhos, deu um instrumento de política fiscal para poder ser utilizado pelos governantes municipais para atracção de população ou para evitar a sua fuga, e ainda de estímulo ao aumento do poder de compra no território concelhio. Naturalmente que uma redução desta taxa implica a consequente e proporcional perda de receitas do município, pelo que a opção que há a fazer é até extremamente simples. Os dados demográficos recentes demonstraram o concelho de Guimarães a perder população, em contraciclo com os seus vizinhos mais próximos que aumentaram em população e de um modo substancial. Naquela que sempre foi a opinião manifestada pelo PSD-CDS, o objetivo da fixação de residentes e de atracção de quadros e pessoal qualificado em geral, é um objetivo que deve ser elevado à categoria de prioritário. Guimarães deve criar condições de atratividade suplementares por forma a incentivar a fixação de quadros no nosso concelho. Foi



isto que foi repetido à exaustão na candidatura que antecedeu o presente mandato, com propostas e iniciativas concretas. Por outro lado consideramos que políticas fiscais de incentivo a um aumento de poder de compra dos nossos concidadãos é uma obrigação dos governantes municipais, particularmente num concelho como o de Guimarães onde o poder de compra é dos mais reduzidos. Para estes objetivos, entendemos ser decisiva uma discriminação positiva concedida aos cidadãos Vimaraneses em sede de IRS, como medida de estímulo à fixação de quadros, de incentivo ao aumento populacional, de fomento à migração e instalação de novas famílias no nosso concelho, e de estímulo ao aumento do poder de compra. Razão pela qual, os vereadores do PSD-CDS votam **contra** esta proposta.” -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----